

## **Política de Informação em Saúde: O papel do CICT/FIOCRUZ**

Noronha, Ilma Horsth-Rio de Janeiro/Brasil  
Guimarães, Maria Cristina-Rio de Janeiro/Brasil  
Cardoso, Janine Miranda-Rio de Janeiro/Brasil

### Introdução

O objetivo deste trabalho é contextualizar a trajetória das atividades de informação científica e tecnológica (ICT) numa instituição pública e estatal de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em saúde - a Fundação Oswaldo Cruz, ao longo de seus 105 anos de existência. E nessa trajetória, o papel do Centro de Informação Científica & Tecnológica (CICT), Unidade da Fiocruz criada em 1986, com a missão de participar da formulação de políticas, desenvolver estratégias e executar ações de informação e comunicação no campo da ciência e tecnologia em saúde, visando identificar e atender as demandas sociais, do SUS e de outros órgãos governamentais. Para isso é necessário compreender a importância dada a Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICTS) desde a criação da FIOCRUZ, as diversas formas de sua representação e organização na Instituição, consoantes com a evolução internacional no campo da ICTS e seus impactos nos cenários político e técnico-científico nacional e institucional, em processo de mudanças.

Essa contextualização sugere várias dimensões. Desde o plano institucional apresentam-se as inúmeras combinações de uma tripla relação entre informação/comunicação, ciência/tecnologia e saúde. Nessas combinações manifestam-se questões cruciais, tais como a articulação entre Ciência, Estado e Sociedade e, ainda, a relação entre produção do conhecimento e políticas de saúde e de informação. Optou-se, então, por estruturar esse trabalho em duas partes complementares seguindo-se as Considerações Finais. A primeira apresenta a Fundação Oswaldo Cruz buscando indicar suas principais características e o cumprimento de sua missão, com o foco voltado para o papel e o lugar ocupado pelas atividades de informação e comunicação, materializados na definição de uma política específica para esses campos. Na segunda parte, a conformação do CICT e sua agenda de prioridades são apresentadas, situando-se os principais desafios das agendas setoriais e da própria FIOCRUZ, nas quais se verifica crescente ênfase na necessidade de fortalecer as linhas de ensino e pesquisa.

Antes, porém, vale a pena explicitar algumas premissas básicas que sustentam esse recorte. Em primeiro lugar, o trabalho informacional é compreendido como uma prática social, comportando como tal, aspectos políticos, econômicos e ideológicos. Nesse enfoque, a própria informação não pode ser tomada como uma entidade abstrata, portadora de um potencial intrínseco de mudança e passível de ser apresentada e analisada *per se*. Tanto o estoque de informações - seu acervo e os documentos propriamente ditos - como as atividades de difusão não podem “significar”, senão contextualizadas em suas várias dimensões, tanto no cenário institucional, no qual se conforma como ação, como em sua relação com o contexto sócio-econômico-cultural, no qual está inserido e do qual exprime um projeto mais amplo de intervenção.

Não há dúvida que a informação é questão estratégica em qualquer processo de mudança – e é estratégica também em projeto de sentido inverso, quando o objetivo é a manutenção de

determinada situação. Mas seu potencial estratégico não se realiza por si só, e sim em um projeto social, que a qualifica e a condiciona, definindo, portanto, qual é a informação relevante, do ponto de vista de sua produção e difusão.

Em segundo lugar, a necessidade de contextualizar historicamente a atuação da FIOCRUZ e do CICT, em particular, traduz a compreensão de que a ciência, sua racionalidade, métodos e produtos não são neutros, mas fruto de “um enraizamento político e social do conhecimento”(Luz, 1988, p. ix). Em outras palavras, assumir que a ciência está inscrita no campo das relações sociais é afirmar que sua explicação “não se encontra nela mesma” e é rejeitar o que Thuillier (1989) chama de visão internalista da ciência. Em última instância, essa concepção internalista sugere que os caminhos e descaminhos de um determinado objeto, no caso o desenvolvimento científico, são determinadas apenas por sua lógica intrínseca, independente do momento histórico em que se insere, e dos interesses sociais, econômicos e ideológicos que permeiam sua conformação. Sem desconsiderar as especificidades, lógicas e dinâmicas próprias do fazer científico, afirma-se que essa é apenas uma das possíveis dimensões de análise, não sendo capaz de esgotá-la. Unindo os pensamentos dos dois autores citados, serão situadas as atividades institucionais e descrito o desenvolvimento das ações de ICTS no âmbito dessa instituição pública estatal complexa e, ao mesmo tempo, singular.

## 1. ICTS: breve retrospecto da Fundação Oswaldo Cruz

A Fundação Oswaldo Cruz, instituição do Ministério da Saúde do Brasil, ocupa lugar de referência no campo da ciência e tecnologia e é reconhecida, também, como um lócus de formulação de políticas e estratégias de saúde. Suas quinze Unidades Técnico-Científicas e seus inúmeros setores e órgãos de apoio tem a missão de gerar, absorver e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos em saúde, pelo desenvolvimento integrado das atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, ensino, produção, prestação de serviços e informação com a finalidade de proporcionar apoio estratégico ao Sistema Único de Saúde (SUS) e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população e exercício pleno da cidadania (Fundação Oswaldo Cruz, 2005, p.5)

Sua trajetória se inicia há 105 anos, com a criação do então Instituto Soroterápico Federal, mais tarde Instituto Oswaldo Cruz, hoje Fundação Oswaldo Cruz. No início do séc. XX no bojo de uma grave crise sanitária que comprometia seriamente a economia agroexportadora brasileira, a Fiocruz de então materializava o avanço e a racionalidade científica moderna e afirmava o modelo científico experimental. Esse modelo, então adotado, conferia importância central ao uso, geração e disseminação da ICTS e fortalecia a lógica do intercâmbio entre a comunidade científica nacional e internacional. Com essa nova instituição, foi criada sua primeira biblioteca - Biblioteca de Manguinhos - e, logo em seguida, o primeiro veículo de disseminação da produção científica institucional – Memórias do Instituto Oswaldo Cruz. Outras atividades, tais como os estágios obrigatórios dos alunos em países da Europa e Estados Unidos, integravam essa lógica de intercâmbio e compartilhamento de conhecimentos em instituições que operavam na então “fronteira do conhecimento”. Pode-se afirmar que a noção de informação como ação estratégica, capaz de alterar uma dada realidade ou situação e, os esforços nesse sentido, foram introduzidos na Instituição desde a sua criação, pelo seu próprio criador, Oswaldo Cruz.

A Biblioteca era o lugar ou espaço institucional para onde convergiam as principais etapas do ciclo compreendido entre o acesso aos avanços científicos no mundo, através da leitura dos artigos científicos recém adquiridos pela Biblioteca, a reflexão sobre esses novos

conhecimentos aliados à prática da pesquisa desenvolvida por esses cientistas, que resultava na geração de novos conhecimentos. Esse ciclo era simbolizado no ritual tradicionalmente denominado “mesa da quarta-feira”. (Medeiros, 2004). Esse processo tinha, também, como produto a construção de um sistema de informação, resultante da interação entre pesquisadores e bibliotecários. Nesse período, ficou registrado que nos momentos de crise financeira Oswaldo Cruz repetia sua célebre advertência: “pode faltar recursos para alimentação, mas não pode faltar recursos para a Biblioteca”. Assim, os investimentos nessa área permaneceram estáveis ao longo dos anos, pois nenhum dirigente ousou, até hoje, contestar o Patrono. Porém, o mesmo não ocorreu nas demais áreas e, sem a liderança forte de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, a instituição foi perdendo o vigor e a Biblioteca deixou de ser o espaço de interação e troca entre pesquisadores e bibliotecários. Durante o período da ditadura militar aprofundou-se o lento e gradual “esvaziamento” e a perda de foco do projeto institucional, que culminou com a cassação dos direitos políticos e profissionais de um grupo de eminentes pesquisadores - o Massacre de Manguinhos e com um processo de diversificação institucional. É que na década de 70, em decorrência da lógica administrativa que regia o Estado brasileiro, e também por uma série de fatores conjunturais, foram reunidos em uma mesma instituição do Ministério da Saúde, vários institutos antes independentes ou vinculados a outras instituições. É importante destacar, portanto, que essa diversificação das áreas de atuação na atual Fiocruz, iniciada a partir desse período, não foi fruto do trabalho desenvolvido há mais de 100 anos.

No que concerne à área de informação e comunicação poucos desses institutos possuíam bibliotecas, e as existentes encontravam-se em processo de desmonte. Essa lógica, ao contrário de potencializar a interdisciplinaridade entre esses institutos, apenas aumentava o bolo dos parceiros, que passavam a dividir os minguados recursos públicos e embaçavam o foco de atuação minado pela fragilidade da diversidade de novos campos de atuação.

Mas, ainda no final do ciclo da ditadura militar, como reflexo do investimento e de novas parcerias internacionais realizados nesse período na área de C&T como meio de buscar auto-suficiência em alguns campos, ainda que não muito nítidos socialmente, iniciou-se nessa instituição um novo ciclo de investimentos para recuperação física, instrumental e de pessoal. Esse processo foi marcado pela mudança do arcabouço jurídico que instituiu a figura da fundação pública de direito privado. Essa fundação reuniu ao então Instituto Oswaldo Cruz, outros institutos de saúde, alguns já em funcionamento no próprio campus de Manguinhos, como o atual BioManguinhos, FarManguinhos, Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e o Laboratório Central de Drogas, Medicamentos e Alimentos (LCCDMA), embrião do atual Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS). Outros órgãos, dentre eles o Instituto Fernandes Figueira (IFF), também localizado no Rio de Janeiro, e os Centros de Pesquisa Regionais Aggeu Magalhães, de Pernambuco; Gonçalo Moniz, da Bahia, e Renné Rachou, de Minas Gerais, foram incorporados a partir de então, passaram a integrar as Unidades Técnico-Científicas da recém criada Fundação Oswaldo Cruz.

O IFF e a ENSP já possuíam suas bibliotecas especializadas que, junto com a Biblioteca de Manguinhos, conformaram, em 1975, um sistema vertical de bibliotecas segundo o modelo universitário, pouco efetivado na prática, dados os perfis dessas bibliotecas e a forma de relação entre as Unidades. Em 1976, um grupo de novos cientistas, vindos de diferentes instituições do país, e alguns estrangeiros, foram também incorporados a Fiocruz.

Esse é, assim, o período que marcou o início de um *re-ver* e um *re-fazer* P&D (pesquisa e desenvolvimento) aos moldes do apontado como sendo os “anos de ouro” da instituição, com Oswaldo Cruz (Stephan, 1976). A gestão de Vinícius Fonseca (1976-1979)

representava na Fundação a visão desenvolvimentista abraçada pelo país à época. O desafio era a promoção da ligação entre pesquisa e produção, entre saber e fazer, com foco nas prioridades nacionais. Naturalmente, a área de informação se viu fortalecida como potencial promotora dos necessários fluxos de ICT imprescindíveis para criar um “sistema de pesquisa científica e tecnológica” (Fonseca, 1976).

Em meados da década de 80, no ambiente de mudanças democráticas, parte desses jovens cientistas, juntaram-se a outros atores sociais e lideraram uma ampla reformulação do modelo de gestão da saúde pública, que culminou com a realização da XIII Conferência Nacional de Saúde, em 1986 e com a memorável “re-integração dos Cassados de Manguinhos. Essa Conferência lançou as bases para o texto constitucional brasileiro de 1988, onde a saúde se inscreve como um direito de todos e dever do Estado, e o acesso à informação, como um direito de cidadania. A partir daí, houve uma expressiva reordenação das responsabilidades sanitárias das instituições estatais e, conseqüentemente, iniciou-se um processo, ainda inconcluso, de reordenação dos modos de organização das instituições públicas de saúde.

O clima de mudanças teve profundos reflexos no projeto institucional da Fiocruz, ávido por novas formas de relação e de produção de conhecimento. Diversificaram-se as áreas de atuação e multiplicaram-se os perfis profissionais, inaugurando-se uma nova era na Fundação Oswaldo Cruz, re-inscrita como instituição acadêmica, estatal e estratégica, para o desenvolvimento do recém-criado Sistema Único de Saúde (SUS).

Esse novo ordenamento no campo da saúde pública brasileira trouxe novas demandas sociais, num contexto de crescente especialização do conhecimento e da (re) organização da atenção em saúde. Exemplos dessas novas demandas são as decorrentes da criação de Conselhos de Saúde nas três esferas de governo, com participação de usuários, gestores e profissionais, que compõem o chamado “Controle Social do SUS”, realçado na nova organização do Sistema de Saúde. Para responder a essas demandas, articularam-se diferentes setores da gestão institucional e, nesse contexto ganhou protagonismo a função estruturante e potencializadora da Informação na geração de novos conhecimentos, aliada ao seu papel emancipador para a jovem sociedade democrática brasileira, que inicia o fortalecimento da cidadania. Nesse contexto, e visando responder antigos e novos desafios, ainda pouco nítidos na instituição e no próprio campo, foi criado o CICT, em 1986.

## 2- A conformação do CICT, o desenvolvimento de sua agenda de prioridades e sua articulação com as diretrizes da política de informação e comunicação da Fiocruz

O CICT foi criado a partir da agregação daquele Sistema de Bibliotecas; do Serviço de Multimeios; do recém criado Núcleo de Informática, inicialmente pensado como Computação Científica; do núcleo de Informação em Saúde, originado na ENSP como Centro de Informação em Saúde (CIS); e logo em seguida, do Núcleo de Vídeo e do Núcleo de Estudos, os dois últimos criados no âmbito de atuação da Presidência. Essa Unidade, criada como Superintendência de Informação Científica (SIC), foi posteriormente denominada Superintendência de Informação Científica e Tecnológica (SICT) até 1992. Nos primeiros seis anos houve uma discreta evolução/reordenação na missão de cada um dos núcleos iniciais, transformados em Departamentos.

O antigo "Sistema de Bibliotecas da Fiocruz", que funcionava de forma verticalizada, assumiu nova forma de relação optando-se pela definição de um Sistema Integrado de Bibliotecas, aproximando-se, ainda, as Bibliotecas dos Centros Regionais de Recife e

Salvador. Cada uma das bibliotecas caracterizava-se como um “departamento”. Estava lançado o embrião para o trabalho institucional “em rede” dessas cinco Bibliotecas institucionais, a partir de um consenso mínimo, necessário para adoção de uma política integrada de aquisição e início da incorporação das novas tecnologias de informação.

O antigo Setor de Multimeios reunia predominantemente atividade de reprografia, programação visual e fotografia científica. Transformado em Departamento, o Multimeios (MM) permaneceu indefinido até o final de 2000.

O Núcleo de Informática não se configurou como computação científica e se estruturou como um departamento que desenvolvia as atividades tradicionais de apoio tecnológico, embora mantendo a denominação original de Departamento de Computação Científica (DCC).

O Núcleo de Informação em Saúde, oriundo do departamento de Epidemiologia da ENSP, consolidou-se como departamento de pesquisa em saúde (DIS), com larga produção científica na área e atuação discreta nas atividades de ensino na ENSP.

O antigo Núcleo de Vídeo, a partir do uso dessa tecnologia para registro, desenvolveu-se como um espaço de reflexão e construção de novas práticas comunicacionais em saúde, considerando os diversos atores sociais e os múltiplos sentidos implícitos ou explícitos envolvidos nesses processos e é hoje o Departamento de Comunicação em Saúde (DCS).

O antigo Núcleo de Estudos da Presidência amadureceu no rumo de estudos estratégicos na intercessão da saúde com a C&T, analisadas a partir dos processos informacionais, constituindo-se no Departamento de Estudos em C&T em Saúde (DECT).

Em 1992, a Unidade recebeu a denominação atual, CICT, utilizada neste trabalho. Estas mudanças sinalizam a trajetória de conformação de seus departamentos, relatada sucintamente acima e do papel institucional da Unidade. É importante destacar que seu surgimento traduz um determinado movimento na trajetória de amadurecimento institucional sobre o tema e sua evolução, tanto no Brasil como na Fiocruz. Por um lado expressou a necessidade de uma Unidade capaz de implantar e gerenciar as necessidades de infraestrutura, particularmente de informática, para apoiar a pesquisa de ponta; por outro lado, visava imprimir uma nova racionalidade organizativa em relação ao acervo e disseminação bibliográfica e o elo perdido de interlocução entre a pesquisa e a informação. Entretanto vale incluir que, segundo a avaliação dos autores desse trabalho, essa perda deve-se provavelmente ao fato de que o diálogo inicial não avançou nem no sentido do desenvolvimento tecnológico, a exemplo dos países avançados, nem na conformação de ambientes de reflexão e pesquisa.

Somente em 2000, o projeto institucional do CICT atingiu suficiente grau de maturidade para elaboração do seu Regimento Interno em consonância com o Estatuto da Fiocruz, com a adoção do modelo de gestão participativa já incorporado na Fiocruz desde 1988.

Em 2002 a primeira direção foi eleita, a partir de lista tríplice, e assumiu a condução da Unidade consoante as orientações da Câmara Técnica, compatíveis com as proposições do Plano Quadrienal de Gestão da Fundação Oswaldo Cruz (2001-2005). Nesse ínterim, a Câmara Técnica elaborou o Plano Integrado de Informação e Comunicação da Fiocruz, que definiu a macro-política para essas áreas.

Cabe, ainda, ressaltar que, não por mero acaso, a criação do CICT ocorreu na gestão do Sanitarista Sérgio Arouca, primeiro presidente da Fiocruz indicado pela comunidade interna, após o fim da ditadura militar no Brasil. Arouca era forte liderança, referência da Saúde Pública, principal líder do movimento denominado como Reforma Sanitária, formulador das teses da XIII CNS e interlocutor dos movimentos sociais por ocasião da nova Constituinte de 1988. Sua capacidade visionária de antecipação de mudanças, aliada ao caráter democrático e participativo propiciou ambiente institucional adequado para

criação do CICT (1986) e para a construção coletiva de um novo Estatuto para a Fiocruz (1988), no qual foram criados os diversos órgãos colegiados de gestão, dentre os quais as Câmaras Técnicas (1994). As Câmaras Técnicas, organizadas por temáticas transversais - Informação, Informática e Comunicação; Ensino; Pesquisa, dentre outras - reúnem especialistas das diversas Unidades para propor ações e subsidiar a formulação das políticas e ações institucionais.

A I Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde somente se realizou em outubro de 1994, apesar de ter sido apontada a necessidade de sua realização desde a VIII Conferência Nacional de Saúde (1986). Nela foram traçadas as primeiras diretrizes para uma política nacional de informação científica e técnica e ressaltada a sistematização dessa informação como um dos pontos sensíveis que obstaculizam o desenvolvimento científico e tecnológico em saúde no país. Essa Conferência considerou ainda a necessidade da promoção das condições para fortalecimento e ampliação do acesso a informação C&T regional, nacional e internacional como pré-requisito indispensável ao desenvolvimento científico e tecnológico, no Brasil.

Nesse contexto, CICT e Câmara Técnica de Informação, Informática e Comunicação, se constituíram em espaços adequados para convergência de interesses e de competências relacionados com a articulação entre informação/comunicação, ciência/tecnologia e saúde, e permeáveis às relações entre produção do conhecimento e políticas de saúde e de informação.

No final da década de 90, o espaço de reflexão e de proposição da Câmara Técnica de Informação, Informática e Comunicação teve como resultado desse trabalho coletivo, a inscrição da Informação como uma das áreas finalísticas da Fiocruz, anteriormente restritas a Ensino, Pesquisa, Serviços de Referência, Desenvolvimento Tecnológico e Controle de Qualidade.

Em etapa posterior, iniciou-se o mapeamento das atividades de Informação e Comunicação em desenvolvimento nas diferentes Unidades e o reconhecimento do perfil dos profissionais atuantes na área. O resultado desse esforço foi a constatação da necessidade de desenvolvimento de pesquisas visando promover o necessário e urgente desenvolvimento tecnológico no campo da Informação e Comunicação, mas havia uma questão anterior a ser enfrentada: a capacitação dos profissionais de informação em saúde. Na etapa inicial, o CICT timidamente assume compartilhar algumas ações e atividades de ensino com outras Unidades da Fiocruz, dentre elas os Cursos de:

- Atualização em Comunicação em Saúde em parceria com a Casa de Oswaldo Cruz (COC), a EPSJV e a ENSP;
- Georeferenciamento em Saúde, em parceria com a ENSP;
- Especialização para os profissionais de nível médio, em parceria com a COC, a EPSJV e a ENSP;
- Mestrado Profissional em Gestão da Informação e Comunicação em Saúde, em parceria com a ENSP e a COC.

Em 2000 realizou-se o I Seminário Nacional de Informação e Saúde da Fiocruz, promovido pela Vice-Presidência de Informação, através da Câmara Técnica. Ainda no final desse mesmo ano foi realizada a XI CNS na qual foram reafirmadas as deliberações da I Conferência Nacional de C&T em Saúde que indicou a necessidade da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico para o aprimoramento das ações de saúde e a implementação de uma política de C&T para o Setor.

O II Seminário, realizado em novembro de 2003, teve como tema a construção da Política Nacional de Informação, Comunicação do SUS aprovada na 12ª CNS, em dezembro do mesmo ano.

O processo de construção da Política Nacional se deu ancorado na experiência institucional da Fiocruz, a partir da construção de sua política para esses campos, e nos princípios e diretrizes do SUS contidos na Constituição Federal de 1988 e na Lei 8.080/90, dentre os quais destacam-se os seguintes: Universalidade, Integralidade, Equidade, Direito à Informação.

Esse processo, em consonância com as deliberações das instâncias coletivas do SUS, visava promover o diálogo entre a comunidade científica, a sociedade e os movimentos sociais, para ampliar a compreensão crítica e a participação pública em assuntos relacionados à ciência, à tecnologia, e à saúde, para o acesso democrático, equitativo e eficiente à informação científica e técnica atualizada. A XII Conferência, que teve entre seus dez eixos temáticos, um, versando sobre Informação e Comunicação, apontou a necessidade de realização de uma Conferência setorial sobre Informação e Comunicação, prevista para realizar-se em 2006. (12ª CNS-Relatório Final, 2004).

Finalmente, em 2004, o CICT estruturou seu programa de pós-graduação *lato sensu*, que reuniu nesse primeiro ano os Cursos já em desenvolvimento e o recém lançado Curso de Especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Para os próximos anos, estão sendo construídos os alicerces para o desenvolvimento do ensino *stricto sensu*.

### 3 – Considerações Finais:

Hoje, num ambiente radicalmente democrático, a Fiocruz continua a investir na articulação dos universos complexos: ciência, tecnologia e saúde. Nessa interseção, produz conhecimentos através de linhas de pesquisa na área biomédica e de saúde pública; forma e qualifica profissionais em todos os níveis de pós-graduação e capacita técnicos; desenvolve tecnologias; produz e controla a qualidade de vacinas, reagentes e medicamentos; presta assistência de referência e atua nos campos da informação e da comunicação. Sua principal característica é a busca da articulação desses campos em políticas integradas, que tenham como horizonte e motivação central a saúde da população brasileira e o desenvolvimento científico, tecnológico e social do país.

Integrando a Fiocruz, o CICT vem se afirmando como locus institucional para o qual convergem as reflexões e as principais ações na interseção informação/comunicação, ciência/tecnologia e saúde na Instituição. A partir de sua criação, inicialmente como um agregado de setores afins, todos os esforços empreendidos visam instituir um espaço institucional de diálogo e reflexão entre os diferentes saberes e práticas que têm como convergência a Informação e buscam não só a disseminação, mas a produção de conhecimento.

Da antiga interação entre os primeiros pesquisadores e bibliotecários no início do século passado, rompida por algumas décadas, passa-se ao trabalho em rede cooperativa num processo de produção de conhecimentos socialmente compartilhados e à participação na formulação de políticas informacionais para o SUS. Recupera-se em novo contexto, a noção de Informação como ação estratégica capaz de alterar uma dada realidade ou situação, premissa introduzida na Instituição desde a sua criação pelo seu próprio criador – Oswaldo Cruz.

Nos dias de hoje, dentre as iniciativas de trabalho compartilhado, pode ser citada a adoção do modelo da Biblioteca Virtual em Saúde, no qual o CICT vem atuando, junto com a

Bireme e outros parceiros, buscando intensificar o intercâmbio técnico-científico nacional e internacional, tanto na Saúde Pública pelo desenvolvimento da BVS Saúde Pública, como outras, em áreas temáticas específicas, fortalecendo a posição de liderança do Brasil na América Latina e Caribe.

Os desafios atuais compreendem a formação de profissionais aptos a enfrentar as inovações da área, no contexto de aceleradas mudanças tecnológicas, e o contínuo avançar na fronteira do conhecimento nesse campo, essencial para o cumprimento dos princípios de equidade em saúde.

### **Referências Bibliográficas**

Brasil. Ministério da Saúde. Anais da VIII Conferência Nacional de Saúde. Brasília: MS; 1986.

Brasil. Ministério da Saúde. Anais da I Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde. 1994. Brasília: MS; 1994.

Brasil. Ministério da Saúde. XI Conferência Nacional de Saúde. O Brasil falando como quer ser tratado: efetivando o SUS: acesso, qualidade e humanização na atenção à saúde com controle social. Relatório Final. Brasília: MS; 2000.

Brasil. Ministério da Saúde. XII Conferência Nacional de Saúde: Conferência Sérgio Arouca. Saúde um direito de todos e um dever do Estado. A saúde que temos, o SUS que queremos. Relatório Final. Brasília: MS; 2004.

Brasil. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Seminário Nacional de Informação e Saúde: O setor saúde no contexto da sociedade da informação. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2000. (Série Fiocruz: eventos científicos, 3)

Brasil. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Programa Integrado de Informação e Comunicação da Fiocruz. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2003

Brasil. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Plano Quadrienal de Gestão 2001-2004. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2001.

Brasil. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Plano Quadrienal de Gestão 2005-2008. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz ; 2005.

Fonseca V. Apresentação. In: Gênese e evolução da ciência brasileira. Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica. Rio de Janeiro: Editora Artenova; 1976, p. 3-5.

Luz M. Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna. Rio de Janeiro: Campus; 1988.

Medeiros A. A mesa de quarta-feira. Rev. CICT: Informação. Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz ; 2004.



Stepan N. Gênese e evolução da ciência brasileira. Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica. Rio de Janeiro: Editora Artenova; 1976.